

# Eutanásia e morte assistida: Porque não?

Sessão do CEMES, do dia 19 de Março de 2016

Foi este o tema abordado na última sessão do CEMES, que congregou 55 participantes, cristãos de diferentes confissões e, porventura, alguns não cristãos.

Recentemente, no nosso país, a discussão em torno da eutanásia e da morte assistida foi despoletada pelo manifesto “Direito a morrer com dignidade”, em defesa da despenalização e regulamentação da morte assistida e assinado por diversas personalidades públicas das mais variadas áreas da sociedade, políticos, jornalistas, artistas, médicos, entre outros. Os subscritores do referido manifesto consideram que a despenalização e regulamentação da morte assistida será a expressão concreta dos direitos individuais à autonomia, à liberdade religiosa e à liberdade de convicção e consciência, direitos inscritos na Constituição Portuguesa. A comunicação social também tem dado destaque a este tema, pressionando a discussão aberta, tanto entre profissionais da saúde como na sociedade em geral. De qualquer forma, para os cristãos todas as questões relacionadas com a morte e a vida estão sempre na ordem do dia, particularmente no período da Quaresma.

Para esta sessão o orador convidado foi um médico cristão, o Doutor Jorge Cruz, sensível a todas as questões relacionadas com o fim desta vida e com um vasto currículo no âmbito deste tema. Para além de licenciado em Medicina e especialista em Angiologia e Cirurgia Vasculuar, o Doutor Jorge Cruz é mestre e doutor na área da Bioética e Ética Médica. É ainda revisor e autor de artigos científicos para várias publicações médicas, assim como autor de livros: Morte Cerebral – Do Conceito à Ética (Climepsi, 2004) e Que Médicos Queremos? – Uma abordagem a partir de Edmund D. Pellegrino (Almedina, 2012). É Diretor Associado e integra o corpo docente da PRIME - Partnerships in International Medical Education, promovendo ações de formação em Portugal e países de língua oficial portuguesa. Também é investigador associado do Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa, integrando o corpo de docentes do programa de doutoramento em Bioética, e professor convidado do programa de pós-graduação em Bioética promovido pelo Instituto de Bioética del Recinto de Ciencias Médicas de la Universidad de Puerto Rico. É membro do Centro Evangélico “O Caminho”, em Ermesinde. Foi ainda presidente da Direção do GBU (Grupo Bíblico Universitário) e da Associação Cristã Evangélica de Profissionais de Saúde.

O orador começou por apresentar uma sondagem publicada pelo DN em 1999, segundo a qual 46 % dos inquiridos eram a favor da eutanásia, mas 72% não sabiam o que significava! Esclareceu o significado etimológico da palavra eutanásia, como “boa morte”, “morte suave” ou “morte sem sofrimento”, reportando-o à morte do Imperador César Augusto. Considerou a eutanásia uma questão persistente na História da humanidade. Entre os antecedentes históricos enunciados, lembrou que o aborto, o infanticídio, o suicídio e a eutanásia eram comuns e socialmente aceites no mundo antigo greco-romano. O suicídio por razões médicas era executado através da secção de veias ou administração de venenos. No entanto, o juramento de Hipócrates com origem nos gregos do século IV a.C. já consagra o respeito pela vida humana. Ao longo do tempo, em cenários de guerra, era comum eliminar os feridos com grande gravidade, aliviando-lhes o sofrimento. Por sua vez, Miguel Torga, nos Novos Contos da Montanha, apresenta o personagem “Alma Grande”, abafador de doentes às portas da morte. Para além do holocausto, na Alemanha nazi de 1939 a 1941, também existiu um Programa de eutanásia, responsável pela eliminação de cerca de 200 000 alemães com deficiência física ou mental ou portadores de doenças conducentes a deficiência e dependência.

Atualmente, de acordo com a definição do Professor Daniel Serrão de 1998, eutanásia é “a morte deliberada e intencional de uma pessoa, a seu pedido, executada por outra pessoa que acolheu o pedido e decidiu dar-lhe satisfação.” Foram referidas situações que não se consideram eutanásia como o tratamento excessivo ou obstinação terapêutica, a administração de medicamentos para aliviar o sofrimento, ainda que possam contribuir para encurtar a vida do doente ou a suspensão dos meios artificiais de ventilação e circulação no estado de morte cerebral. Também o direito à recusa de

tratamentos por um doente lúcido, não se considera eutanásia. Distinguiu eutanásia de suicídio medicamente assistido, já que o médico limita-se a prescrever o medicamento letal que o doente ingere ou aplica a si próprio, o que implica uma certa autonomia do doente para concretizar o ato. Identificou como causas do debate recente deste tema os avanços científicos e tecnológicos, o desenvolvimento de sociedades laicas e pluralistas, a valorização da autonomia e direitos do doente, o aparecimento de novos modelos de relação médico-doente, a dificuldade do profissional de saúde em lidar com a morte, e a influência dos media.

Entre os argumentos invocados por quem deseja poder optar pela eutanásia o orador referiu a dor ou grande sofrimento, a ansiedade, o receio da dependência extrema, o sentimento de que projeto individual de vida se esgotou como aconteceu com o personagem do filme *Mar Adentro*, baseado na história dramática e verídica de Ramón Sampedro ou, simplesmente, estar farto da vida e preferir desistir dela. Entre os que apoiam a despenalização da eutanásia há quem alegue a compaixão no alívio do sofrimento, o reconhecimento da autonomia individual e da liberdade de cada um decidir racionalmente o que fazer com a sua própria vida ou, até, motivos económicos. O Professor Daniel Serrão refutou o sentimento de compaixão afirmando que “A morte por compaixão é a morte da compaixão.” Em sentido contrário, considerando a dependência de terceiros uma situação totalmente intolerável, Friedrich Nietzsche (1844-1900) afirmou que “deve-se morrer orgulhosamente quando já não é possível viver com orgulho”. Os que evocam motivos económicos consideram o envelhecimento um encargo pesado para a sociedade, “podendo a eutanásia ser uma solução das sociedades futuras”, como defendeu Jacques Attali, 1981. Por sua vez, outros defendem que a eliminação de doentes incuráveis permitiria disponibilizar mais verbas para uma melhor prestação de cuidados de saúde aos doentes com um prognóstico mais favorável.

Foram elencados países como a Holanda, Bélgica, Luxemburgo e Suíça, em que a eutanásia ou o suicídio assistido são permitidos, referindo as condições em que em cada um desses países pode ocorrer. Entre os argumentos contra a eutanásia foi referida a inviolabilidade da vida humana, a sua incompatibilidade com a missão da medicina e dos profissionais da saúde e, ainda, o abuso potencial que favorece, nomeadamente em relação a grupos mais vulneráveis da sociedade. Por exemplo, em relação à Holanda, foi revelado que 1 em cada 3 mortes por eutanásia não foi voluntária e de muitos casos não serem revelados às autoridades. Nesse sentido, em 1998, o Professor Daniel Serrão também afirmou que “a aceitação da eutanásia pela sociedade levaria à quebra de confiança que o doente tem no médico, provocando uma enorme insegurança dos cidadãos face à atividade das equipas de saúde.” A Encíclica *Salvifici Doloris*, de 1984, revela a visão da Igreja Católica Romana sobre o sofrimento, dizendo: “Temos visto, através dos séculos e das gerações, que há no sofrimento um certo poder escondido, ou seja, uma graça especial que leva a pessoa, interiormente para perto de Cristo”. Por outro lado, os cuidados paliativos visam atenuar o sofrimento e são uma alternativa à eutanásia, certamente uma alternativa a considerar no acompanhamento de doentes terminais. Foram ainda apresentados outros argumentos contra a eutanásia, como a possibilidade de o diagnóstico não estar correto, já que a medicina não é infalível. Por sua vez, o doente pode não se encontrar em condições de tomar a decisão, por estar deprimido, demente ou sujeito a pressões familiares. Em relação ao argumento da deficiência física foi apresentado o testemunho do astrofísico Stephen W. Hawking, que se revelou capaz de desenvolver uma carreira científica destacada e de usufruir de uma vida familiar feliz, apesar da sua deficiência profunda. Em 1992, a Associação Médica Mundial considerou a eutanásia, um ato contra a ética, o que não impede o médico de respeitar o processo natural que conduz à morte, na fase terminal da doença. Por sua vez o Código Deontológico dos médicos obriga ao respeito pela dignidade do doente no momento do fim da vida, sendo-lhes vedada a ajuda ao suicídio, a eutanásia e também a distanásia, isto é, a obrigação de zelar pelo bem-estar do doente, evitando o prolongamento da vida

vegetativa, meios de diagnóstico e terapias agressivas por pura obstinação terapêutica.

No final da sua exposição, o orador apresentou a perspetiva cristã sobre a vida humana e o final desta vida, recorrendo a uma seleção de textos bíblicos, a saber: Génesis 1: 26 e 27, Êxodo 20: 13, I Coríntios 6: 19-20; II Samuel 1: 1- 16; I Reis 19: 4-8. O texto de Génesis destaca a dignidade da vida humana, enquanto seres criados por Deus à sua imagem e semelhança, o que confere à vida de cada ser humano toda a dignidade, mesmo em situações de sofrimento profundo ou de dependência extrema e prolongada. O versículo 13 de Êxodo 20, incluído nos Dez Mandamentos, proíbe matar, sem indicar situações em que matar poderia, eventualmente, ser tolerado. O apóstolo Paulo, em I Coríntios, afirma que o nosso corpo é Templo do Espírito Santo, logo a nossa vida pertence a Deus e não a nós próprios. O texto de II Samuel conta como David condenou a ação do amalequita que decidiu pôr termo à vida do rei Saul, quando o encontrou ferido de morte no campo de batalha, ainda que a pedido do próprio. Em I Reis, Elias pede a Deus a morte por se encontrar cansado e desiludido, tendo Deus decidido não satisfazer esse pedido, antes optando por lhe confiar uma missão.

Para concluir, o orador citou, pelo seu interesse, a **Declaração Final das II Jornadas Nacionais sobre Bioética da Aliança Evangélica Espanhola**, realizadas em Madrid de 6 a 9 de Dezembro de 2000 e que aqui se reproduz:

### Sobre a Vida Humana

A vida humana deve ser respeitada, protegida, ajudada e potenciada em cada momento. Cremos que a vida humana tem um valor e uma dignidade intrínsecos, independentes de qualquer critério humano, que provém de Deus como criador e sustentador da mesma.

O Final da Vida: Eutanásia

1. Toda a pessoa tem direito ao cuidado integral até ao momento da morte e que esta seja digna. Somos contra o encarniçamento terapêutico, produzido frequentemente por pressões sociais, sentimentos de culpa dos familiares e atuação médica motivada pela auto-proteção legal e pela rotina.

2. Aceitamos também a utilização de medicamentos indispensáveis para mitigar a dor em doentes terminais, ainda que o seu uso possa indiretamente, sem ser este o propósito, provocar ou acelerar a morte do doente. Não obstante, somos claramente contrários à eutanásia e ao suicídio nas suas diferentes formas.

3. Estamos convencidos de que a prática da eutanásia, para além dos aspetos éticos envolvidos, cria um clima de insegurança angustiante à volta do doente (especialmente idoso), que se pode ver desamparado perante situações de doença nas quais precisa do máximo apoio e confiança familiar e social.

4. Como cristãos propomos: Promover a assistência psicológica e espiritual ao idoso e ao moribundo; ajudar a descobrir que o sofrimento, sendo inevitável, não é absurdo nem estéril, mas tem um valor pedagógico insubstituível do ponto de vista existencial; e promover as Unidades de Cuidados Paliativos, que são um paradigma do "bem morrer".

Este tema proporcionou a partilha de testemunhos pessoais e um debate muito participado.

A próxima sessão do CEMES ficou marcada para o final do mês de Abril. Como é habitual, o tema dessa sessão será anunciado aquando da sua divulgação.